

Processo nº 003149/2006 (EMBARGOS DE DECLARAÇÃO) – Relatora Juíza Ligia M. Teixeira Gouvêa - TRTSC/DOE de 21.03.2007

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. PROTEÇÃO DE INTERESSES INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS. CUMULAÇÃO DE MULTA E INDENIZAÇÃO.** I - Ainda que não lhes seja atribuído efeito infringente, os embargos declaratórios merecem acolhida quando a decisão hostilizada deixa de se manifestar sobre questão essencial ao deslinde do feito. II - O mecanismo de transposição previsto nos arts. 110 e 117 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) incorporou às hipóteses de cabimento da ação civil pública a proteção de interesses individuais homogêneos. **III - Por possuírem naturezas jurídicas distintas, a multa prevista no art. 11 da Lei nº 7.357/89 pode ser cumulada à indenização dos danos causados à coletividade, sem afronta ao art. 3º do mesmo diploma legal.**